



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

Concurso Público para provimento de cargo de  
**Auditor**

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos I**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.  
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS I**

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto a seguir.

1 *Uma diagnose de traumatismo craniano, formulada a partir de um estrabismo bilateral, podia ser encontrada num tratado de arte divinatória mesopotâmico. De um modo geral, isso explica como apareceu historicamente*

5 *uma constelação de disciplinas centradas na decifração de signos de vários tipos, dos sintomas às escritas. Passando das civilizações mesopotâmicas para a Grécia, essa constelação alterou profundamente um de seus traços. O corpo, a linguagem e a história dos homens foram*

10 *submetidos pela primeira vez a investigações sem preconceitos, que, por princípio, excluía a intervenção divina. Dessa virada decisiva, que caracterizou a cultura da polis, nós somos, como é óbvio, ainda herdeiros. Menos óbvio é o fato de que nessa virada um papel de*

15 *primeiro plano tenha sido desempenhado por um paradigma definível como semiótico ou indiciário. Isso é particularmente evidente no caso da medicina hipocrática, que definiu seus métodos refletindo sobre a noção decisiva de sintoma (semeion). Apenas observando*

20 *atentamente e registrando com extrema minúcia todos os sintomas – afirmavam os hipocráticos – é possível elaborar “histórias” precisas de cada doença: a doença é, em si, inatingível. Essa insistência na natureza indiciária da medicina inspirava-se, com todas as probabilidades, na*

25 *contraposição – enunciada pelo médico pitagórico Alcmeon – entre a imediatez do conhecimento divino e a conjecturalidade do humano. Nessa negação da transparência da realidade, um paradigma indiciário de fato operante em esferas de atividades muito diferentes*

30 *encontrava implícita legitimação. Os médicos, os historiadores, os políticos, os oleiros, os carpinteiros, os marinheiros, os caçadores, os pescadores, as mulheres são apenas algumas entre as categorias que operavam, para os gregos, no vasto território do saber conjectural. Mas*

35 *esse paradigma permaneceu implícito – esmagou-o o prestigioso (e socialmente mais elevado) modelo de conhecimento elaborado por Platão.*

(Adaptado de GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. **Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 154-155)

1. O texto autoriza afirmar que
  - (A) os procedimentos registrados em tratados de arte divinatória mesopotâmicos são os mais remotos e minuciosos testemunhos do modelo de conhecimento caracterizado como semiótico.
  - (B) conceber a dimensão inaparente como imprescindível para interpretar a realidade é postulado já explicitado no paradigma semiótico ou indiciário mesopotâmico.
  - (C) o paradigma indiciário, nascido na Antiguidade, conferiu primazia à medicina e relegou a segundo plano saberes menos formalizados (os divinatórios, sobretudo).
  - (D) a medicina hipocrática reuniu evidências de que possuía caráter indiciário, embora, para realizar esse feito, Hipócrates tenha se inspirado em um modelo de conhecimento elaborado por Platão.
  - (E) a antiga medicina grega consolidou a idéia de que estabelecer conjecturas é condição intrínseca aos conhecimentos desenvolvidos pelo homem, já que a realidade não se exporia diretamente para ele.
2. De acordo com o texto, formas de conhecimento desenvolvidas na Mesopotâmia e na Grécia
  - (A) operaram com a idéia de que, para a apreensão de um determinado fenômeno, é útil a análise dos sinais que ele oferece; trata-se, pois, de modelos que conceberam a mediação como instrumento essencial do processo de conhecimento.
  - (B) divergiram quanto às possibilidades oferecidas pelo mecanismo de decifração de signos, já que, apenas na Mesopotâmia, o recurso a essa operação cognitiva foi legitimado; essas formas de saber deram origem, portanto, a constelações disciplinares opostas.
  - (C) contribuíram para aparecimento de um amplo leque de disciplinas ao postularem um conhecimento humano autônomo em relação às intervenções divinas; tais modelos corresponderam, assim, aos primeiros esforços para edificar a ciência como atividade isenta de preconceitos e dogmas.
  - (D) afinaram-se quanto às concepções gerais de conhecimento médico e ofereceram sua chancela a saberes muito variados entre si, como a arte divinatória e a intuição feminina. Ambos os paradigmas colaboraram, contudo, para consolidar a idéia de homem como ser conjectural.
  - (E) instauraram o procedimento de decodificar os sintomas apresentados pelo corpo, pela linguagem e pela história; as duas posturas gnosiológicas legaram-nos, pois, a crença em que o estudo laico dos índices é o melhor meio de que o homem dispõe para atingir a realidade em si.

<p>3. Os recursos de pontuação empregados no texto autorizam o seguinte comentário:</p> <p>(A) Em <i>na decifração de signos de vários tipos, dos sintomas às escritas</i> (linhas 5 e 6), a vírgula é seguida de expressões que caracterizam a decifração mencionada, graduando-a da mais explícita à mais hermética.</p> <p>(B) Em <i>a noção decisiva de sintoma</i> (semeion), linhas 18 e 19, os parênteses contêm uma retificação que melhor especifica a palavra correspondente.</p> <p>(C) Na linha 22, o sentido da frase seria mantido se os dois-pontos dessem lugar a uma vírgula sucedida pela conjunção “porquanto”.</p> <p>(D) Em <i>elaborar “histórias” precisas</i> (linha 22), o uso de aspas indica que o autor empregou metaforicamente a palavra, na medida em que faz referência a versões pouco plausíveis das origens das patologias.</p> <p>(E) Em <i>prestigioso (e socialmente mais elevado)</i>, linha 36, o uso concomitante dos parênteses e da conjunção e evidencia que o autor toma os adjetivos coordenados como sinônimos.</p>	<p>6. Levando em conta a norma culta da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A palavra <i>diagnose</i> é corretamente separada em sílabas assim: “dia-g-no-se”.</p> <p>(B) O trecho <i>é possível elaborar “histórias” precisas de cada doença: a doença é, em si, inatingível</i> fica adequadamente sintetizado assim: “inatingível nelas mesmas, as doenças têm suas possíveis histórias esclarecidas”.</p> <p>(C) Tal como o segmento <i>dos sintomas às escritas</i>, é correta a seguinte construção: “de um sintoma à uma escrita”.</p> <p>(D) A conjunção destacada em <i>isso explica como apareceu</i> (linha 4) poderia ser substituída corretamente por “porque”.</p> <p>(E) Tal como <i>contraposição</i>, estão corretamente ortografadas as seguintes palavras: “contra-argumento” e “contraditar”.</p>
<p>4. Considerados o contexto e a norma culta da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) As formas <i>observando e registrando</i> (linhas 19 e 20) poderiam ser substituídas por “observado” e “registrado”, sem prejuízo da correção e do sentido originais.</p> <p>(B) <i>formulada</i> (linha 1), por exigência das correlações temporais estabelecidas no trecho, é forma correspondente a “que se formula”.</p> <p>(C) No segmento <i>tenha sido desempenhado</i> (linha 15), a forma verbal destacada explicita o caráter hipotético atribuído ao processo descrito.</p> <p>(D) A oração reduzida iniciada por <i>Passando</i> (linha 6) equivale, em função e em sentido, a “Ao passar das civilizações mesopotâmicas para a Grécia”.</p> <p>(E) A substituição da forma verbal <i>foram</i> (linha 9) pela forma “eram” exigiria a concomitante substituição de <i>excluíam</i> (linha 8) por “excluísem”.</p>	<p>7. Na norma culta da Língua Portuguesa, é correta a seguinte equivalência entre formas da voz ativa e da voz passiva:</p> <p>(A) <i>O corpo, a linguagem e a história dos homens foram submetidos pela primeira vez a uma investigação sem preconceitos, que, por princípio, excluiu a intervenção divina.</i> = foi excluída.</p> <p>(B) <i>Isso é particularmente evidente no caso da medicina hipocrática, que definiu seus métodos refletindo sobre a noção decisiva de sintoma</i> (semeion). = tinham sido definidos.</p> <p>(C) <i>Passando das civilizações mesopotâmicas para a Grécia, essa constelação alterou profundamente um de seus traços.</i> = foram alterados.</p> <p>(D) <i>Nessa negação da transparência da realidade, um paradigma indiciário de fato operante em esferas de atividades muito diferentes encontrava implícita legitimação.</i> = era encontrada.</p> <p>(E) <i>Uma diagnose de traumatismo craniano... podia ser encontrada num tratado de arte divinatória mesopotâmica.</i> = poderiam encontrar.</p>
<p>5. Considerando o contexto e a norma culta da Língua, afirma-se corretamente que</p> <p>(A) a idéia expressa por <i>particularmente evidente</i> (linha 17) está mantida na formulação “evidentemente particular”.</p> <p>(B) o fragmento <i>que definiu seus métodos</i> (linha 18) pode ser reescrito como “cujos métodos foram definidos”, sem prejuízo do sentido original.</p> <p>(C) <i>todos os</i> (linha 20) e <i>cada</i> (linha 22), dada a sua proximidade semântica, podem ser alterados, respectivamente, para “cada um dos” e “todas as”, sem prejuízo do sentido e da correção do trecho.</p> <p>(D) a expressão “<i>em si</i>” (linha 23) é equivalente a “por ela mesmo”.</p> <p>(E) o segmento <i>esmagou-o</i> (linha 35) equivale, semântica e gramaticalmente, a “lhe corrou”.</p>	<p>8. Essa insistência na natureza indiciária da medicina inspirava-se na contraposição – enunciada pelo médico pitagórico Alcmeon – entre a imediatez do conhecimento divino e a conjecturalidade do humano.</p> <p>O trecho acima está correto e claramente reescrito em:</p> <p>(A) A oposição – exposta por Alcmeon, médico pitagórico – entre a imediatez do conhecimento divino e a presumibilidade do conhecimento humano influenciava tal insistência na índole semiótica da medicina.</p> <p>(B) O caráter imediato do conhecer divino, quando oposto à natureza idílica da sabedoria dos seres humanos, segundo asseverou Alcmeon, médico da era de Pitágoras, o inspirava na reiteração constante da natureza indiciária da medicina.</p> <p>(C) Alcmeon, médico pitagórico, reivindicou a contraposição entre a perenidade dos conhecimentos de Deus e a contingencialidade dos homens, dicotomia inspiradora dessa evidente permanência do caráter indiciário da medicina.</p> <p>(D) O paradoxo entre a permeabilidade do conhecimento divino e opacidade do humano emitido pelo médico pitagórico Alcmeon, determinou, por princípios inspiradores, a perseverança desse perfil indiciário que a medicina tem.</p> <p>(E) A reiteração desse caráter sintomático (ou semiológico) da medicina era forjada na ambivalência – proferida por Alcmeon – médico pitagórico – entre o saber indiscutível dos deuses e o saber comum do homem.</p>

9. A frase que está redigida totalmente em conformidade com a norma culta da Língua Portuguesa é:

- (A) Ao ler o abaixo-assinado, ele espantou-se pela quantidade expressiva de assinaturas que o mesmo trazia como também, pela justeza das reivindicações que nele continha.
- (B) O jurista interpretou sociologicamente os fatos, ressaltando a dificuldade que as elites econômicas e políticas têm em reconhecer um mundo que não se pautava pelos valores mercadológicos.
- (C) Há de surgir elementos que lhes permitam enxergar a mudança no sistema de tributação como forma de garantir a retenção de recursos que o município há tempos precisa para assistir adequadamente à população.
- (D) O fato que, realmente, ele necessitou receber cuidados especiais naquela ocasião tão trágica não justifica que lhe enxerguem agora como um dependente costumaz.
- (E) O que o motivou àqueles comentários desabonadores para o artigo foi o autor ter preferido as posturas empíricas do que as teóricas quando analisava a relação do passado colonial do país às suas condições econômicas atuais.

10. A frase que respeita completamente o padrão culto da Língua é:

- (A) Muitos se empenharam por inocentar, por votação secreta, os colegas mergulhados nas mais inomináveis bandalheras, como a recepção de propinas para o apoio em projetos, a captação de luvas para o filamento partidário, ou na conquista de obras e funções públicas pela via das malas cheias de dinheiro.
- (B) Os criminosos se utilizaram, em suas ações corruptas e corruptoras, do símbolo da justiça-social, apelando para a comoção populacional face o sofrimento humano daquela gente famélica, mas, em verdade auferiram do dinheiro público que sentem falta os setores da saúde e ensino.
- (C) Não desejaria absolver os que encaram os cargos públicos como manancial de vantagens, privilégios e prebendas, ou como ferramenta de enriquecimento pessoal; tais cargos constituem espaço privilegiado de labor pela sociedade e de defesa dos interesses coletivos.
- (D) Instruiu-nos para que nos mantêssemos impassíveis diante de previsíveis manifestações de violência naquele ambiente, pois o acordo que estava em andamento ratificaria as eventuais e desnecessárias discordâncias internas que tínhamos enfrentar.
- (E) Num tempo em que os casamentos mau-sucedidos perderam a razão de ser, por não mais se mostrar indissolúvel, causa espécie que uma pessoa pública possa ainda conspuar sua ética à partir de uma relação clandestina de adultério.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

11. Considerando os vários critérios utilizados para classificar as constituições, elas podem ser classificadas quanto
- I. à forma, em escritas e não escritas;
  - II. ao conteúdo, em materiais e formais;
  - III. à origem, em promulgadas e outorgadas;
  - IV. à estabilidade, em imutáveis, rígidas, flexíveis e semi-rígidas;
  - V. à finalidade, em dirigentes e garantias.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I e II, somente.
- (C) I, III, V, somente.
- (D) II, III e IV, somente.
- (E) III, IV e V, somente.

12. As normas constitucionais programáticas

- (A) não são normas jurídicas.
- (B) são normas hierarquicamente superiores às demais normas constitucionais.
- (C) não podem ser aplicadas pelo Poder Judiciário.
- (D) exigem que o legislador as regule para que possam ser aplicadas ao caso concreto.
- (E) integram categoria de normas não acolhida pela Constituição Federal brasileira.

13. Considere as afirmações a seguir a respeito do Poder Constituinte:

- I. Dentre as possíveis classificações existentes, o Poder Constituinte classifica-se em originário e derivado.
- II. A manifestação do Poder Constituinte originário é condicionada às regras procedimentais estabelecidas para a reforma da Constituição.
- III. Poder Constituinte derivado é sempre ilimitado.
- IV. As Emendas à Constituição de 1988 são frutos do Poder Constituinte derivado.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) IV.

<p>14. Editada determinada lei ordinária sob a vigência de certa Constituição, sobrevindo nova Constituição, a lei ordinária em questão</p> <p>(A) perderá sua validade imediatamente, ainda que seja compatível com a nova Constituição.</p> <p>(B) não perderá sua validade se for compatível com a nova Constituição.</p> <p>(C) perderá sua validade apenas se a nova Constituição expressamente assim determinar.</p> <p>(D) não perderá a validade, ainda que seja incompatível com a nova Constituição.</p> <p>(E) não perderá sua validade apenas se a nova Constituição expressamente assim determinar.</p>	<p>17. Os princípios constitucionais</p> <p>(A) não são normas jurídicas de observância obrigatória, mas apenas recomendações ao legislador.</p> <p>(B) não são normas jurídicas de observância obrigatória, mas apenas fontes de interpretação das normas constitucionais.</p> <p>(C) são normas do direito natural, não podendo ser aplicadas pelo juiz ao caso concreto.</p> <p>(D) são normas jurídicas de observância obrigatória pelos aplicadores do direito.</p> <p>(E) são normas jurídicas de observância obrigatória apenas pelos legisladores, que devem implementá-las, mas não pelos juízes ou administradores.</p>
<p>15. Considerando a disciplina jurídica do controle de constitucionalidade de leis e atos normativos no Brasil, é correto afirmar que</p> <p>(A) a lei não pode ser declarada inconstitucional após decorrido o prazo de quatro anos de sua vigência.</p> <p>(B) não cabe ao Poder Judiciário declarar a inconstitucionalidade de determinado ato normativo com efeitos para todos aqueles sujeitos à incidência da norma.</p> <p>(C) um mesmo ato normativo pode ser declarado inconstitucional pela via do mandado de segurança como pela via da ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>(D) a inconstitucionalidade de ato normativo emanado do Poder Executivo somente pode ser declarada em sede de mandado de segurança.</p> <p>(E) apenas o Poder Legislativo pode declarar a inconstitucionalidade de ato legislativo, sob pena de ser violado o princípio da separação de poderes.</p>	<p>18. Considera-se direito fundamental de exercício coletivo, o direito</p> <p>(A) de reunião.</p> <p>(B) de locomoção.</p> <p>(C) à vida privada.</p> <p>(D) à moradia.</p> <p>(E) à intimidade.</p> <p>19. Ameaça ou ato lesivo à liberdade de locomoção podem ser combatidos judicialmente por</p> <p>(A) mandado de segurança.</p> <p>(B) mandado de injunção.</p> <p>(C) <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(D) <i>habeas data</i>.</p> <p>(E) ação popular.</p>
<p>16. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os Tribunais de Contas dos Estados</p> <p>(A) podem, no exercício de suas atribuições, apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.</p> <p>(B) não podem sustar a execução de contrato firmado pela Administração Pública com ilegalidade de despesa, cabendo esta atribuição somente ao Poder Judiciário.</p> <p>(C) apenas podem impor multas de natureza meramente moral, cujo cumprimento não pode ser exigido judicialmente.</p> <p>(D) são órgãos do Poder Judiciário, aplicando-se aos seus conselheiros as mesmas garantias constitucionais outorgadas aos magistrados.</p> <p>(E) devem ser integrados por nove conselheiros, à semelhança do Tribunal de Contas da União.</p>	<p>20. A lei que altera o processo eleitoral</p> <p>(A) aplica-se à eleição que lhe for imediatamente superveniente, independentemente do lapso temporal da vigência da nova lei.</p> <p>(B) não se aplica à eleição que ocorra até um ano da data de vigência da nova lei.</p> <p>(C) aplica-se à eleição que ocorra após 90 dias da data de vigência da nova lei.</p> <p>(D) é inaplicável à eleição que lhe for subsequente, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, independentemente do lapso temporal da vigência da nova lei.</p> <p>(E) deve ser declarada inconstitucional, caso seja publicada em menos de um ano antes da próxima eleição.</p>

<p>21. Dentre as características do Estado brasileiro, está presente</p> <p>(A) a organização sob a forma de Estado unitário.</p> <p>(B) a supremacia do Poder Legislativo sobre os demais Poderes da República.</p> <p>(C) o acolhimento de mecanismos de democracia direta.</p> <p>(D) a vedação da intervenção da União nos Estados-membros e destes nos Municípios.</p> <p>(E) a supremacia das leis federais sobre as leis estaduais.</p>	<p>25. A seguridade social é custeada</p> <p>(A) somente por recursos provenientes da iniciativa privada.</p> <p>(B) somente por recursos provenientes da União, Estados-membros, Municípios e Distrito Federal.</p> <p>(C) somente pela receita advinda da CSL – contribuição sobre o lucro.</p> <p>(D) apenas pela receita advinda da CPMF – contribuição provisória sobre movimentação financeira.</p> <p>(E) por recursos provenientes da iniciativa privada e dos entes públicos.</p>
<p>22. Ao disciplinar a repartição de competências entre os entes da Federação brasileira, a Constituição Federal</p> <p>(A) outorgou competências privativas somente à União, mas não aos Estados-membros e Municípios.</p> <p>(B) outorgou competências privativas somente à União e aos Estados-membros, mas não aos Municípios.</p> <p>(C) outorgou competências privativas a todos os entes federativos, exceto ao Distrito Federal.</p> <p>(D) atribuiu aos territórios federais as mesmas competências dos Municípios.</p> <p>(E) estabeleceu um rol de competências não-legislativas comuns a União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b></p> <p>26. No curso de ação por improbidade administrativa, a indisponibilidade de bens do réu é medida que pode ser decretada</p> <p>(A) em qualquer das hipóteses de improbidade.</p> <p>(B) apenas na hipótese de lesão ao patrimônio público.</p> <p>(C) apenas na hipótese de enriquecimento ilícito.</p> <p>(D) na hipótese de lesão ao patrimônio público, com relação a todos os bens de propriedade do réu e de seus sucessores.</p> <p>(E) na hipótese de enriquecimento ilícito, com relação aos bens dele resultantes.</p>
<p>23. Considerando a disciplina constitucional do Tribunal de Contas da União, é correto afirmar que</p> <p>(A) partido político, associação e sindicato não são legitimados para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas.</p> <p>(B) o cidadão não é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas.</p> <p>(C) as decisões proferidas pelo Tribunal de Contas que imponham penalidades são insuscetíveis de questionamento perante o Poder Judiciário.</p> <p>(D) compete ao Tribunal de Contas assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade de despesa.</p> <p>(E) não cabe ao Tribunal de Contas sustar a execução de qualquer ato da administração pública, ainda que dele decorra ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas.</p>	<p>27. A caducidade do decreto de desapropriação por utilidade ou necessidade pública ocorre após</p> <p>(A) 5 (cinco) anos da sua edição, sem que tenha sido efetivada a desapropriação.</p> <p>(B) 5 (cinco) anos da sua edição, sem que tenha sido promovida a imissão na posse.</p> <p>(C) 5 (cinco) anos da sua edição, sem que haja terminado a ação de desapropriação.</p> <p>(D) 10 (dez) anos da sua edição, sem que tenha sido efetivada a desapropriação.</p> <p>(E) 10 (dez) anos da sua edição, sem que haja terminado a ação de desapropriação.</p>
<p>24. Dentre as exceções ao princípio da anterioridade nonagesimal em matéria tributária encontra-se a cobrança de</p> <p>(A) imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.</p> <p>(B) imposto sobre a renda.</p> <p>(C) imposto sobre grandes fortunas.</p> <p>(D) contribuições previdenciárias.</p> <p>(E) imposto sobre operações financeiras.</p>	<p>28. O poder administrativo que permite ao Chefe do Poder Executivo expedir normas para fiel execução das leis é denominado poder</p> <p>(A) de polícia.</p> <p>(B) disciplinar.</p> <p>(C) regulamentar.</p> <p>(D) discricionário.</p> <p>(E) vinculado.</p>

<p>29. Nas licitações que seguirem o critério de julgamento de técnica e preço, o julgamento das propostas</p> <p>(A) dispensará a prévia habilitação dos participantes, bastando a sua prévia classificação de acordo com os critérios técnicos constantes do edital.</p> <p>(B) será realizado após a classificação das propostas técnicas, quando então será chamado o participante melhor classificado para negociação de seu preço.</p> <p>(C) implicará a ponderação das propostas técnica e de preço, de acordo com critérios e pesos previamente definidos em lei.</p> <p>(D) terá como etapa necessária a avaliação das propostas técnicas de acordo com critérios definidos no instrumento convocatório, pertinentes ao objeto lícitado.</p> <p>(E) implicará, em primeiro lugar, a ordenação das propostas em ordem crescente de preço, à qual se seguirá a avaliação das propostas técnicas.</p>	<p>32. “Pondere-se ainda que sob os termos ‘controle parlamentar’ não se abrange (...) a vigilância que sobre a Administração exercem instituições ou entidades que extraem do Parlamento sua força ou que significariam prolongamento desse Poder; tais entes, de regra, embora assim considerados do ponto de vista teórico, caracterizam-se pela independência institucional que lhes é assegurada e pela ausência de subordinação hierárquica ao Legislativo ou a qualquer outro poder; não se inserem, desse modo, na estrutura interna do Legislativo e, desse modo, não configuram controle parlamentar.” (MEDAUAR, Odete. <i>Controle da Administração Pública</i>. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, p. 88). Sob o ponto de vista do texto acima transcrito, NÃO é exemplo de controle parlamentar aquele exercido</p> <p>(A) pelas comissões parlamentares de inquérito.</p> <p>(B) pelos Tribunais de Contas.</p> <p>(C) pelas comissões internas das casas legislativas.</p> <p>(D) pelos plenários das casas legislativas.</p> <p>(E) pelas mesas diretoras das casas legislativas.</p>
<p>30. A empresa XYZ Ltda. foi contratada, nos termos da Lei nº 8.666/93, para o fornecimento de determinados bens a sociedade de economia mista com personalidade jurídica de direito privado. No curso da execução contratual, houve aumento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre os produtos objeto da contratação e a cargo da XYZ Ltda.. De acordo com a regra legal aplicável, o preço total a ser pago pela compradora</p> <p>(A) não sofrerá alteração.</p> <p>(B) será majorado proporcionalmente ao aumento da alíquota do tributo.</p> <p>(C) poderá ser majorado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).</p> <p>(D) apenas poderá ser alterado por comum acordo entre as partes.</p> <p>(E) apenas poderá ser alterado por sua decisão unilateral.</p>	<p>33. Nos contratos de concessão de serviço público, a subconcessão</p> <p>(A) é em regra admitida, independentemente de previsão contratual expressa.</p> <p>(B) é em regra admitida, desde que haja previsão contratual expressa e independentemente de autorização do poder concedente.</p> <p>(C) é em regra admitida, desde que haja autorização do poder concedente e nos termos do contrato.</p> <p>(D) só é admitida quando autorizada pelo poder concedente, ainda que proibida pelo contrato.</p> <p>(E) é em regra inadmitida, independentemente de previsão contratual expressa.</p>
<p>31. NÃO é meio constitucionalmente admitido de proteção ao patrimônio cultural brasileiro</p> <p>(A) a desapropriação.</p> <p>(B) o tombamento.</p> <p>(C) a vigilância.</p> <p>(D) a requisição.</p> <p>(E) o inventário.</p>	<p>34. De acordo com o regime geral de previdência do servidor público, a aposentadoria compulsória ocorre quando este completar</p> <p>(A) 70 (setenta) anos de idade, com proventos integrais.</p> <p>(B) 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.</p> <p>(C) 70 (setenta) anos de idade, se homem, e 65 (sessenta e cinco), se mulher, com proventos integrais.</p> <p>(D) 70 (setenta) anos de idade, se homem, e 65 (sessenta e cinco), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.</p> <p>(E) 35 (trinta e cinco) anos de serviço, com proventos integrais.</p>
	<p>35. NÃO é hipótese de vacância a</p> <p>(A) exoneração do servidor.</p> <p>(B) demissão do servidor.</p> <p>(C) promoção do servidor.</p> <p>(D) aposentadoria do servidor.</p> <p>(E) extinção do cargo.</p>

<p>36. No curso de processo administrativo, foi proferida decisão pela autoridade máxima de determinada entidade da administração indireta federal. Como regra geral, esta decisão</p> <p>(A) pode ser combatida por meio de recurso administrativo, dirigido ao titular do Ministério ou Secretaria a qual vinculada a entidade.</p> <p>(B) pode ser combatida por meio do instituto da supervisão, independentemente do objeto da irrisignação do particular interessado.</p> <p>(C) pode ser combatida por meio de recurso administrativo, dirigido ao chefe do poder executivo que a entidade integra.</p> <p>(D) pode ser combatida por meio do instituto da supervisão, quando não se compreender nos objetivos da entidade, entre outras hipóteses.</p> <p>(E) não pode ser combatida.</p>	<p>38. A rescisão de contrato de concessão de serviço público é medida que compete</p> <p>(A) exclusivamente ao concessionário, que pode tomá-la por meio de ação judicial intentada com essa finalidade.</p> <p>(B) exclusivamente ao concessionário, que pode tomá-la unilateralmente, desde que haja inadimplemento do poder concedente por 3 (três) meses consecutivos.</p> <p>(C) exclusivamente ao poder concedente, que pode tomá-la apenas por meio de ação judicial intentada com essa finalidade.</p> <p>(D) exclusivamente ao poder concedente, que pode tomá-la unilateralmente, havendo inadimplemento do concessionário.</p> <p>(E) tanto ao concessionário quanto ao poder concedente, havendo inadimplemento da parte contrária.</p>
<p>37. “A evolução, contudo, da atividade urbanística do poder público e o surgimento conseqüente de uma normatividade jurídico-urbanística mais desenvolvida, gerando o Direito Urbanístico, vem importando em alterar a correlação entre direito de construir e o direito de propriedade, com profundas mudanças no regime do solo urbano, de sorte que a atividade urbanística do poder público, especialmente os planos urbanísticos têm efeito constitutivo do direito de construir, que, nesses termos, não é uma emanção do direito de propriedade, mas uma concessão do poder público.” (SILVA, José Afonso. <i>Direito Urbanístico Brasileiro</i>, 2ª ed.. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 75). O fundamento jurídico da mudança descrita no texto acima é</p> <p>(A) a afirmação do direito de propriedade como direito fundamental de primeira geração, assim reconhecido pela Constituição de 1988, o que garante seu reconhecimento incondicionado pelo poder público.</p> <p>(B) o regular exercício do poder de polícia da Administração, que tem por objetivo principal a sujeição dos direitos e garantias individuais às decisões do poder público, ainda que sem respaldo legal.</p> <p>(C) o reconhecimento constitucional da função social da propriedade, instituto que permite a intervenção pública no direito de propriedade com vistas a sua ulterior coletivização.</p> <p>(D) a conformação pública do direito de propriedade, baseada na função social da propriedade e na delimitação de seu exercício individual, de acordo com o estabelecido nos planos diretores municipais.</p> <p>(E) o caráter constitucional do direito de propriedade, o qual, descolando-se do direito civil, passa a ser regulado exclusivamente pelo direito público, em função do interesse social.</p>	<p>39. Constitui exceção à regra geral da auto-executoriedade dos atos administrativos a</p> <p>(A) cobrança de dívida ativa por meio de execução fiscal.</p> <p>(B) requisição de bens particulares no caso de iminente perigo público.</p> <p>(C) anulação de ato administrativo ilegal, por ato da própria administração.</p> <p>(D) revogação de ato administrativo discricionário.</p> <p>(E) imposição de sanções administrativas a particular por inobservância de contrato administrativo.</p>
	<p>40. A promoção vertical de servidor público do Amazonas é a</p> <p>(A) nomeação do servidor ocupante de cargo de provimento efetivo para o exercício de função comissionada.</p> <p>(B) progressão dentro da mesma classe de cargos, modificando-se a respectiva referência.</p> <p>(C) passagem de referência final de uma classe de cargos para a classe imediatamente superior, dentro da mesma série.</p> <p>(D) passagem de um cargo de provimento efetivo para outro, pertencente a quadro diverso.</p> <p>(E) nomeação de servidor ocupante de cargo em comissão para o exercício de cargo de provimento efetivo, mediante processo seletivo.</p>

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

41. O princípio da não-cumulatividade, em relação ao Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e Comunicação (ICMS), significa que o

- (A) Fisco não poderá exigir, cumulativamente com o ICMS, qualquer outro tributo em tese incidente sobre a mesma operação.
- (B) contribuinte poderá descontar, do valor devido em cada operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, o montante do tributo cobrado em operações anteriores.
- (C) contribuinte tem o direito à redução progressiva do montante a recolher a título de ICMS, conforme o número de operações realizadas desde o início de suas atividades.
- (D) Fisco deverá excluir o IPI ou o ISS da base de cálculo do ICMS, sempre que qualquer daqueles dois tributos for exigido concomitantemente com este.
- (E) contribuinte tem o direito à redução progressiva da alíquota do ICMS, conforme o número de operações realizadas em determinado espaço de tempo.

42. O princípio da imunidade recíproca

- (A) aplica-se exclusivamente às entidades políticas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).
- (B) aplica-se apenas ao recolhimento dos impostos, dispensando a entidade imune das obrigações acessórias.
- (C) aplica-se aos tributos das entidades políticas componentes da Federação brasileira, bem como em relação à renda, ao patrimônio ou serviços das autarquias e das fundações mantidas pelo Poder Público.
- (D) impede a tributação, através de impostos, de rendas, patrimônios ou serviços das entidades políticas, bem como de suas autarquias e fundações, sendo que, em relação a estas últimas, desde que direta e exclusivamente vinculados às suas finalidades essenciais.
- (E) impede a tributação apenas das entidades políticas.

43. Um dos atributos que diferenciam as taxas das contribuições de melhoria é o fato de que as taxas

- (A) são facultativas, enquanto que as contribuições de melhoria remuneram serviços públicos específicos e indivisíveis, ainda que somente postos à disposição do usuário.
- (B) não dizem respeito a nenhuma atividade estatal específica, ao passo que as contribuições de melhoria apresentam o atributo da referibilidade.
- (C) remuneram serviços públicos específicos e indivisíveis, ao passo que as contribuições de melhoria remuneram serviços públicos específicos e divisíveis.
- (D) são cobradas pela prestação de serviços públicos, ainda que somente postos à disposição do usuário, ao passo que o pagamento das contribuições de melhoria é facultativo.
- (E) remuneram serviços públicos, ao passo que as contribuições de melhoria têm como contrapartida a valorização imobiliária em decorrência da realização de obras públicas.

44. A lei federal que criou o Adicional de Indenização ao Trabalhador Portuário (AITP) enunciou como sujeito passivo desse tributo, de modo genérico, o operador portuário. A União, por meio de decreto do Presidente da República, equiparou a operador portuário os importadores, exportadores e consignatários de mercadorias importadas do exterior. Tal equiparação é

- (A) legal, pois ocorreu apenas adequação a um conceito previamente definido em lei.
- (B) legal, de vez caber aos decretos a especificação dos conceitos definidos em lei.
- (C) ilegal, porquanto a definição de sujeitos passivos é privativa de lei.
- (D) ilegal, em razão de não competir ao Presidente da República, mas ao Ministro dos Transportes, a definição de "operador portuário".
- (E) ilegal, em razão de não competir ao Presidente da República, mas ao Ministro do Comércio Exterior, a definição de "operador portuário".

45. A União institui contribuição social cujos fato gerador e base de cálculo são os mesmos de um imposto de sua competência. Considera-se essa contribuição

- (A) constitucional, por não haver vedações constitucionais quanto à utilização de mesmos fato gerador e base de cálculo, em se tratando de contribuições sociais e impostos.
- (B) inconstitucional, por incidir sobre o mesmo fato gerador de um imposto.
- (C) inconstitucional, por ser calculada sobre a mesma base impositiva de um imposto.
- (D) inconstitucional, por representar bitributação.
- (E) constitucional, em razão de a União Federal ser competente para a instituição de contribuições com fato gerador e base de cálculos idênticos aos dos impostos federais, estaduais e municipais.

46. Herdeiros de um contribuinte que deixou patrimônio, tendo sido atuado pela prática de sonegação fiscal, sofrem processo de execução fiscal compreendendo o valor do tributo, acrescido da correção monetária, da multa e dos juros. Essa cobrança é

- (A) ilegal quanto ao tributo e todos os seus acréscimos.
- (B) legal quanto ao tributo e todos os seus acréscimos.
- (C) legal quanto ao tributo e ilegal quanto aos juros e à correção monetária.
- (D) ilegal apenas quanto à multa.
- (E) legal quanto ao tributo e à correção monetária e ilegal quanto à multa e aos juros.

47. Lei federal que fixa alíquotas aplicáveis ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) estabeleceu que a alíquota referente a navios produzidos no Estado do Rio de Janeiro é de 1%, e a dos produzidos no resto do país, 8%. Tal disposição vulnera, especificamente, o princípio constitucional da

- (A) não discriminação entre procedência e destino do produto.
- (B) seletividade do imposto sobre produtos industrializados.
- (C) liberdade de trânsito.
- (D) uniformidade geográfica da tributação.
- (E) não-cumulatividade.

48. A empresa Beta S.A. impetrou mandado de segurança para discussão de certo tributo federal, tendo obtido liminar para suspensão da exigibilidade do crédito respectivo, sem a necessidade de realização de depósito judicial. A segurança foi negada por decisão definitiva transitada em julgado. Dez dias após a publicação da decisão desfavorável, a Receita Federal lavrou auto de infração contra Beta S.A., por falta de recolhimento do tributo discutido, monetariamente corrigido, aplicando-lhe ainda multa pelo não recolhimento. O auto de infração

(A) não procede, pois a falta de recolhimento estava amparada por decisão judicial.

(B) procede em parte, porque não flui correção monetária enquanto o crédito tributário está suspenso.

(C) procede em parte, porque a empresa teria o prazo de 30 (trinta) dias para recolher o tributo, sem a imposição da penalidade.

(D) procede totalmente, porque Beta S.A. realmente infringiu a legislação tributária.

(E) procede em parte, porque não é devida a penalidade, tampouco a correção monetária enquanto o crédito tributário está suspenso.

49. A contagem do prazo de prescrição da ação para cobrança do crédito tributário inicia-se

(A) na data da constituição definitiva do crédito tributário.

(B) na data da ocorrência do fato gerador.

(C) na data do protesto inicial.

(D) no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorre o lançamento.

(E) na data da lavratura do auto de infração e imposição de multa por parte da autoridade administrativa.

50. A imunidade constitucional das instituições educacionais sem fins lucrativos refere-se a

(A) impostos e taxas.

(B) apenas impostos.

(C) impostos, taxas e contribuições.

(D) impostos e contribuições.

(E) taxas e contribuições.

**DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL**

51. A respeito do crime tentado e do crime consumado, é correto afirmar que

(A) no Brasil, por expressa disposição legal, é punível a tentativa de contravenção.

(B) nos crimes culposos, há tentativa punível quando houver inobservância do dever de cuidado, mas o evento não se realizar.

(C) os atos preparatórios para a prática de um delito, por integrarem o *iter criminis*, ensejam, em qualquer hipótese, punição pela tentativa desse crime.

(D) o crime de corrupção passiva consuma-se com o recebimento da vantagem indevida.

(E) o preso que tenta, sem êxito, evadir-se, usando de violência contra a pessoa, responde pela mesma pena aplicável no caso de consumir-se a evasão.

52. A respeito dos crimes contra a Administração Pública, considere:

I. Não exclui a responsabilidade penal o fato de ter sido o agente, acusado da prática de crime de peculato, inocentado pelo órgão administrativo quando do procedimento necessário ao afastamento do cargo.

II. Comete crime de concussão o funcionário público que, mediante grave ameaça de morte com emprego de arma de fogo, exige vantagem indevida de particular.

III. Não comete crime de peculato o funcionário público que se apropria de bem particular, de que tem a posse em razão do cargo.

IV. Só o ocupante de cargo público, criado por lei, com denominação própria, número certo e pago pelos cofres públicos, ainda que em entidades paraestatais, pode cometer o crime de abandono de função.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

(A) I, II e III.

(B) I, II e IV.

(C) I e IV.

(D) II e III,

(E) II, III e IV.

53. A respeito da extinção da punibilidade, é correto afirmar que

(A) a renúncia ao direito de queixa, na ação penal privada, só é causa extintiva da punibilidade se for aceita pelo querelado.

(B) a anistia só extingue a punibilidade se for concedida antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

(C) são suscetíveis de graça, como causa extintiva da punibilidade, os delitos de qualquer natureza, inclusive a prática de tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes.

(D) o perdão do ofendido, na ação penal privada, só acarreta a extinção da punibilidade se for aceito pelo querelado ou por quem tenha condições para representá-lo.

(E) a extinção da punibilidade pela prescrição da ação penal só pode ser decretada a requerimento das partes, não podendo o juiz reconhecê-la *ex officio*.

54. A parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro,

(A) se tiver agido de boa-fé, mesmo que tenha se esgotado o prazo do recurso adequado.

(B) se tiver agido de boa-fé e se ainda não tiver se esgotado o prazo do recurso adequado.

(C) se não tiver agido de boa-fé, mas ainda não tiver se esgotado o prazo do recurso adequado.

(D) mesmo que não tenha agido de boa-fé e tenha se esgotado o prazo do recurso adequado.

(E) exceto se o rito processual de sua tramitação for diferente do recurso adequado.

55. As decisões que recebem a denúncia ou queixa, que decretam a prisão preventiva e que concedem fiança, são exemplos de sentenças
- (A) interlocutórias simples.
  - (B) interlocutórias mistas.
  - (C) definitivas, interlocutórias simples e interlocutórias mistas, respectivamente.
  - (D) interlocutórias mistas, interlocutórias simples e despachos de mero expediente, respectivamente.
  - (E) despachos de mero expediente, interlocutórias mistas e interlocutórias simples, respectivamente.

**CONTROLE EXTERNO**

56. Considere as seguintes afirmativas.
- I. Compete ao Tribunal de Contas da União julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
  - II. Não compete ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
  - III. Compete ao Tribunal de Contas da União aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) I e III.

57. É correto afirmar:
- (A) As decisões do Tribunal de Contas são decisões administrativas que, embora com força de título executivo, poderão ser reapreciadas pelo Poder Judiciário.
  - (B) O Poder Judiciário não poderá reapreciar as decisões do Tribunal de Contas, pois estas têm força de título executivo.
  - (C) As decisões do Tribunal de Contas não possuem força de título executivo, e por isso poderão ser reapreciadas pelo Poder Executivo.
  - (D) As decisões do Tribunal de Contas têm caráter judicial por possuírem força de título executivo.
  - (E) O Poder Judiciário não poderá reapreciar as decisões do Tribunal de Contas, pois estas têm força de título judicial.

58. Quanto às finalidades do controle externo, considere as assertivas:
- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
  - II. Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
  - III. Prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I.
  - (B) II.
  - (C) III.
  - (D) I e III.
  - (E) II e III.

59. Está entre as características básicas do modelo de Tribunal de Contas estabelecido na Constituição Federal:
- (A) poderes judiciais na estância administrativa.
  - (B) autonomia relativa perante os Poderes.
  - (C) procedimentos de fiscalização informais e desburocratizados.
  - (D) controles administrativos com forma judicial.
  - (E) não vitaliciedade de seus integrantes denominados Ministros.
60. A Constituição do Estado do Amazonas estabelece que o Tribunal de Contas encaminhará à Assembléia Legislativa o relatório de suas atividades,
- (A) mensal e semestralmente.
  - (B) semestral e anualmente.
  - (C) mensal e trimestralmente.
  - (D) mensal e anualmente.
  - (E) trimestral e anualmente.

61. A capacidade para expedir, no âmbito de sua competência e jurisdição, atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade, deve-se ao fato de que assiste ao Tribunal de Contas, o poder
- (A) disciplinar.
  - (B) regulamentar.
  - (C) vinculado.
  - (D) discricionário.
  - (E) institucional.

62. A ação desempenhada pelo órgão competente para apurar a responsabilidade de pessoa física, órgão ou entidade que deixarem de prestar contas e das que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte, ou possa resultar dano ao erário devidamente quantificado denomina-se
- (A) prestação de contas.
  - (B) tomada de contas especial.
  - (C) tomada de contas.
  - (D) exame de contas anual.
  - (E) prestação de contas especial.

<p>63. Diante da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar providências com vistas à instauração da tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, no prazo máximo de</p> <p>(A) 15 (quinze) dias da ocorrência do fato.          (B) 30 (trinta) dias do conhecimento do fato.          (C) 45 (quarenta e cinco) dias do conhecimento do fato.          (D) 60 (sessenta) dias do conhecimento do fato.          (E) 60 (sessenta) dias da ocorrência do fato.</p>	<p>67. Projeto é um instrumento de programação para alcançar o objetivo de</p> <p>(A) uma ação.          (B) um programa.          (C) uma função.          (D) uma atividade.          (E) uma categoria de programação.</p>
<p>64. Para o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas aplicam-se os princípios institucionais da</p> <p>(A) entidade, indivisibilidade e independência funcional.          (B) legalidade, indivisibilidade e independência funcional.          (C) unidade, indivisibilidade e probidade funcional.          (D) unidade, impessoalidade e independência funcional.          (E) unidade, indivisibilidade e independência funcional.</p>	<p>68. Regime de Caixa é uma</p> <p>(A) modalidade contábil que considera para a apuração do resultado do exercício os pagamentos e recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.          (B) modalidade contábil que considera para a apuração do resultado do exercício apenas os recebimentos ocorridos efetivamente no exercício.          (C) modalidade contábil que considera para a apuração do resultado do exercício apenas os pagamentos ocorridos efetivamente no exercício.          (D) modalidade contábil que considera os fatos contábeis ocorridos durante o exercício para fins de apuração dos resultados do mesmo.          (E) norma contábil pela qual os ingressos públicos e os custos são atribuídos ao exercício a que pertencem, embora recebidos e pagos em outros exercícios.</p>
<p>65. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas é competência exclusiva do Tribunal Pleno</p> <p>(A) julgar a legalidade das aposentadorias, reformas e pensões, suas revisões e retificações e os procedimentos de admissão de pessoal, exceto quanto a estes últimos, no caso de cargos de confiança.          (B) julgar a prestação de contas relativa a recurso financeiro repassado pelo Estado ou pelos Municípios mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.          (C) apreciar, para fins de registro, os atos de fixação da remuneração dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.          (D) deliberar sobre pedido de informação ou solicitação sobre matéria da competência do Tribunal que lhe seja endereçado pela Assembléia Legislativa ou por suas Comissões Técnicas.          (E) resolver questões de ordem e decidir sobre requerimentos.</p>	<p>69. A receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte serão demonstrados no Balanço</p> <p>(A) Patrimonial.          (B) Orçamentário.          (C) Financeiro.          (D) Consolidado.          (E) Fiscal.</p>
<p style="text-align: center;"><b>CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICOS</b></p> <p>66. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz em seu bojo algumas definições básicas, dentre elas o conceito de receita corrente líquida. Pode-se afirmar que receita corrente líquida:</p> <p>I. é considerada o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas, também correntes, com algumas deduções previstas na própria lei complementar;</p> <p>II. sofre dedução, nos Estados, das parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;</p> <p>III. é base de cálculo para despesa total com pessoal dos entes da Federação;</p> <p>IV. será apurada somando-se as despesas arrecadadas no mês de referência e nos meses anteriores até o início do exercício financeiro, incluídas as duplicidades.</p> <p>SOMENTE estão corretos</p> <p>(A) I e II.          (B) II e III.          (C) I, II e III.          (D) I, II e IV.          (E) I, III e IV.</p>	<p>70. Os bens do almoxarifado, de acordo com a Lei nº 4.320/64, serão avaliados pelo</p> <p>(A) valor de mercado.          (B) sistema PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai).          (C) sistema UEPS (Ultimo que Entra, Primeiro que Sai).          (D) preço médio ponderado das compras.          (E) custo histórico.</p> <p>71. Dívidas, ressarcimentos, indenizações e outros afins, que representam uma agregação neutra, deverão ser englobados na função</p> <p>(A) Juros e encargos.          (B) Administração Geral.          (C) Inativos.          (D) Serviço da dívida.          (E) Encargos Especiais.</p> <p>72. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a</p> <p>(A) dois exercícios.          (B) dois semestres.          (C) dois trimestres.          (D) três exercícios.          (E) quatro exercícios.</p>

<p>73. Na despesa total de pessoal, para fins de verificação dos limites definidos na Lei da Responsabilidade Fiscal NÃO será computada a despesa com</p> <p>(A) vantagens variáveis.</p> <p>(B) indenização por demissão de servidores ou empregados.</p> <p>(C) gratificações.</p> <p>(D) horas extras.</p> <p>(E) encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.</p>	<p>78. Quanto à origem, as receitas públicas poderão ser classificadas como</p> <p>(A) ordinárias e extraordinárias.</p> <p>(B) originárias e derivadas.</p> <p>(C) correntes e de capital.</p> <p>(D) tributárias e patrimoniais.</p> <p>(E) patrimoniais e de resultado.</p>
<p>74. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos</p> <p>(A) 15% (quinze por cento) no primeiro.</p> <p>(B) 25% (vinte e cinco por cento) no segundo.</p> <p>(C) 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.</p> <p>(D) 35% (trinta e cinco por cento) no segundo.</p> <p>(E) 35% (trinta e cinco por cento) no primeiro.</p>	<p>79. As transferências destinadas a cobrir despesas com instituições públicas ou privadas, de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, são denominadas</p> <p>(A) transferências de custeio.</p> <p>(B) subvenções econômicas.</p> <p>(C) inversões financeiras.</p> <p>(D) subvenções sociais.</p> <p>(E) auxílios para custeio.</p>
<p>75. Acompanharão o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, entre outros, o demonstrativo relativo a</p> <p>(A) receitas e despesas extra-orçamentárias.</p> <p>(B) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas inativos.</p> <p>(C) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.</p> <p>(D) resultados nominal e primário.</p> <p>(E) despesas com serviços de terceiros.</p>	<p>80. Classifica-se como Inversão Financeira:</p> <p>(A) constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.</p> <p>(B) aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras.</p> <p>(C) constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.</p> <p>(D) aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação importe aumento do capital.</p> <p>(E) planejamento e a execução de obras.</p>
<p style="text-align: center;"><b>FINANÇAS PÚBLICAS</b></p> <p>76. O orçamento cuja teoria propõe uma política de superávit e déficit, com efeitos compensatórios, além da preocupação com o equilíbrio orçamentário, é</p> <p>(A) funcional.</p> <p>(B) compensatório.</p> <p>(C) clássico.</p> <p>(D) econômico nacional.</p> <p>(E) cíclico.</p>	<p style="text-align: center;"><b>AUDITORIA</b></p> <p>81. O tipo de auditoria que tem como objetivo atuar em tempo real sobre os atos efetivos realizados por uma unidade gestora governamental e seus conseqüentes efeitos potenciais positivos e negativos, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos no desempenho de sua missão institucional, é a auditoria</p> <p>(A) contábil.</p> <p>(B) especial.</p> <p>(C) de avaliação da gestão.</p> <p>(D) de acompanhamento da gestão.</p> <p>(E) operacional.</p>
<p>77. É definição de Receitas Públicas, em sentido estrito:</p> <p>(A) Entrada que, integrando-se no patrimônio público, sem nenhuma reserva, condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto, como elemento novo e positivo.</p> <p>(B) Somas de dinheiro recebidas pelo Estado e demais entes públicos para cobertura de seus gastos.</p> <p>(C) Todos os créditos ou proventos destinados à despesa geral do Estado e à manutenção do seu patrimônio.</p> <p>(D) Entrada que, integrando-se no patrimônio público, sem nenhuma reserva, porém com condições ou correspondência no passivo, vem acrescer o seu vulto, como elemento novo e positivo.</p> <p>(E) Conjunto de ingressos financeiros com fonte e fatos geradores próprios e permanentes, oriundos da ação e de atributos inerentes à instituição, e que integrando o patrimônio na qualidade de elemento novo, produz-lhe acréscimos, podendo, contudo, gerar obrigações, reservas ou reivindicações de terceiros.</p>	<p>82. A auditoria governamental executada exclusivamente por servidores do sistema de controle interno da unidade auditada é denominada</p> <p>(A) especial.</p> <p>(B) operacional.</p> <p>(C) direta.</p> <p>(D) indireta compartilhada.</p> <p>(E) simplificada.</p>

83. Considere as seguintes afirmações relativas às normas de execução de trabalho de auditoria interna governamental:

- I. Quando houver limitação da ação do auditor interno, o fato deverá ser comunicado, de imediato, por escrito, ao dirigente da entidade ou do órgão examinado, solicitando as providências necessárias.
- II. Os sistemas de controle interno da entidade auditada devem prever procedimentos e mecanismos que tornem nula a probabilidade de ocorrência de impropriedades ou irregularidades.
- III. Transações ou situações detectadas no trabalho de auditoria são caracterizadas como irregulares quando resultarem de falhas de natureza formal que não causaram dano ao erário público.
- IV. A validade do trabalho de auditoria interna governamental é considerada satisfatória quando as evidências reunidas são suficientes, adequadas e pertinentes.

SOMENTE estão corretas

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

84. São tipos de certificado de auditoria governamental:

- (A) sem ressalva, com ressalva e com abstenção de opinião.
- (B) sem ressalva, irregulares e adversos.
- (C) com parágrafo de ênfase, adversos e com abstenção de opinião.
- (D) com ressalva, regulares e com abstenção de opinião.
- (E) regulares, regulares com ressalvas e irregulares.

85. A importância relativa ou o papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade existente em dado contexto constitui uma das variáveis básicas da auditoria governamental conhecida como

- (A) relevância.
- (B) materialidade.
- (C) atemporalidade.
- (D) criticidade.
- (E) aleatoriedade.

86. Em relação à amostragem estatística em auditoria, é correto afirmar:

- (A) A sua principal característica é estar baseada na experiência pessoal do auditor.
- (B) Ela deve ser utilizada em todos os casos, inclusive quando a população é pequena ou quando há necessidade de alta precisão nas estimativas.
- (C) Na amostragem estratificada, cada elemento da população tem a mesma chance de pertencer à amostra, pois estão distribuídos de maneira uniforme.
- (D) O objetivo da ação de controle é irrelevante para a elaboração do plano amostral.
- (E) O grau de precisão das estimativas está relacionado ao percentual máximo que se admitirá de erros para os resultados obtidos na amostra.

87. Em auditoria, a verificação do comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situações ou tendências atípicas é um procedimento de

- (A) conferência de cálculos.
- (B) confirmação.
- (C) inspeção e revisão.
- (D) revisão analítica.
- (E) *cut-off*.

88. Os papéis de trabalho

- I. não são de propriedade exclusiva do auditor, que deverá entregá-los à administração da entidade auditada após o final de seus trabalhos, para que esta possa avaliar o seu conteúdo;
- II. podem ser utilizados para fins legais, além de serem indispensáveis à realização da auditoria, pois constituem meio de prova para consubstanciar as conclusões do relatório do auditor;
- III. devem registrar informações relativas ao planejamento da auditoria, aos procedimentos a serem adotados, à oportunidade e extensão dos mesmos;
- IV. permanentes têm utilidade apenas em relação a um determinado exercício da entidade auditada, como é o caso dos extratos bancários e mapas de inventários.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) II, III e IV.

89. Considerando-se a Lei Estadual nº 2.423/96, NÃO compete ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

- (A) apreciar e emitir parecer apenas sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado, não estando as prefeituras municipais no âmbito de sua competência.
- (B) avaliar a execução das metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual.
- (C) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos concessórios de aposentadoria, reforma ou pensão, ressalvada melhoria posterior que não altere o fundamento legal da concessão.
- (D) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- (E) fiscalizar a aplicação de qualquer recurso repassado pelo Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere.

<p>90. De acordo com o art. 7º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da Amazônia, a tomada de contas especial é</p> <p>(A) o procedimento pelo qual pessoa física, órgão ou entidade, por final de gestão ou por execução de contrato formal, no todo ou em parte, prestará contas ao órgão competente da legalidade, legitimidade e economicidade da utilização dos recursos orçamentários, da fidelidade funcional e do programa de trabalho.</p> <p>(B) a ação determinada pelo Tribunal ou autoridade competente ao órgão central do controle interno, ou equivalente, para adotar providências, em caráter de urgência, nos casos previstos na legislação em vigor, para apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação pecuniária do dano.</p> <p>(C) a ação desempenhada pelo órgão competente para apurar a responsabilidade de pessoa física, órgão ou entidade que deixarem de prestar contas e das que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte, ou possa resultar dano ao erário devidamente quantificado.</p> <p>(D) qualquer ação ou omissão contrárias à legalidade, ou à legitimidade, à economicidade, à moralidade administrativa ou ao interesse público.</p> <p>(E) o processo movido contra o Governador do Estado do Amazonas, com o objetivo de verificação o desvio de dinheiro público, sendo assegurado ao dirigente o contraditório e a ampla defesa, consoante o mandamento constitucional.</p>	<p>93. Segundo a Lei nº 8.987/95, a permissão de serviço público</p> <p>(A) exige prévia licitação, na modalidade convite.</p> <p>(B) não é revogável unilateralmente.</p> <p>(C) torna inviável sua fiscalização pelos usuários, dada a precariedade do ajuste.</p> <p>(D) formaliza-se por meio de contrato de adesão.</p> <p>(E) é ato administrativo unilateral.</p>
<p style="text-align: center;"><b>LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS</b></p> <p>91. Nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 8.666/93, a adjudicação</p> <p>(A) impõe ao licitante vencedor o dever de assinar o contrato, independentemente de prazo.</p> <p>(B) gera ao licitante vencedor o direito à indenização caso o contrato não seja celebrado.</p> <p>(C) gera ao licitante vencedor o direito a exigir a assinatura do contrato.</p> <p>(D) não gera ao licitante vencedor nem direitos, nem deveres.</p> <p>(E) impõe ao licitante vencedor o dever de assinar o contrato, dentro do prazo fixado no edital.</p>	<p>94. São características da concessão patrocinada que, respectivamente, a aproximam e a distanciam da concessão comum</p> <p>(A) a atribuição de prerrogativas ao parceiro privado e a presença de cláusulas regulamentares.</p> <p>(B) a natureza pública dos bens afetados e a forma de remuneração da concessionária.</p> <p>(C) a encampação e a caducidade.</p> <p>(D) a reversão e a responsabilidade civil objetiva da concessionária.</p> <p>(E) os prazos legais mínimos e máximos e a constituição de sociedade de propósito específico.</p>
<p>92. De acordo com as normas constitucionais e legais aplicáveis, nas contratações feitas por sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica, o prévio procedimento licitatório</p> <p>(A) é inexigível, dada a sujeição dessas entidades a um regime jurídico próprio das empresas privadas.</p> <p>(B) é dispensável sempre que visar à aquisição de bens ou à tomada de serviços comuns, como modo de garantia de competição no mercado em condições de igualdade com particulares.</p> <p>(C) poderá ser regido por estatuto jurídico específico, situação em que as normas da Lei nº 8.666/93 serão aplicadas supletivamente.</p> <p>(D) não é passível de dispensa ou inexigibilidade.</p> <p>(E) é dispensável para compras, obras ou serviços no valor de até 30% dos limites previstos na Lei nº 8.666/93 para a modalidade convite, tomados por essas entidades, quando qualificadas, na forma da lei, como agências executivas.</p>	<p>95. Das possíveis contratações pela Administração Pública especificadas abaixo, somente uma terá sua duração ordinariamente adstrita ao período de vigência dos respectivos créditos orçamentários, qual seja,</p> <p>(A) projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual.</p> <p>(B) tomada de serviços de limpeza.</p> <p>(C) aluguel de equipamentos.</p> <p>(D) utilização de programas de informática.</p> <p>(E) recuperação de imóvel público deteriorado por fortes chuvas.</p> <p style="text-align: center;"><b>RESPONSABILIDADE FISCAL: GESTÃO FISCAL E PENALIDADES</b></p> <p>96. Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes e órgãos indicados na Lei de Responsabilidade Fiscal quando constatarem que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima dos respectivos limites em</p> <p>(A) 50%.</p> <p>(B) 60%.</p> <p>(C) 70%.</p> <p>(D) 80%.</p> <p>(E) 90%.</p>

97. O relatório de gestão fiscal emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos indicados no art. 20 da LRF será emitido a cada
- (A) mês.
  - (B) bimestre.
  - (C) trimestre.
  - (D) quadrimestre.
  - (E) semestre.
98. A Lei de Responsabilidade Fiscal cuida de disciplinar a renúncia de receita. Acerca deste tema esclarece Regis Fernandes de Oliveira que “a renúncia de receita não tem conteúdo estritamente tributário, de forma a ser exercido apenas pela pessoa jurídica de direito público competente. É norma pré-jurídica, que antecede o nascimento da obrigação tributária, logo, de gestão financeira e, pois, perfeitamente alinhada com os objetivos maiores da responsabilidade fiscal”. Sobre renúncia de receita é correto afirmar, EXCETO:
- (A) compreende, dentre outros benefícios, a anistia, a isenção em caráter não geral, a remissão, o subsídio, redução discriminada de tributos por alteração de alíquota ou de base de cálculo.
  - (B) é tipificada no caso de redução de alíquotas por ato do Poder Executivo, nos impostos de importação, exportação, sobre produtos industrializados e sobre operações de crédito, câmbio, seguro e valores mobiliários.
  - (C) deverá estar acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois exercícios seguintes.
  - (D) não pode inviabilizar o cumprimento dos objetivos previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - (E) deve atender a uma dentre duas condições legais: demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará metas de resultados fiscais ou estar acompanhada de medidas de compensação, por meio de aumento de receita tributária ou de contribuição.
99. Sobre as infrações administrativas contra as leis de finanças públicas de que trata a Lei nº 10.028/00, é correto afirmar que constitui infração administrativa
- (A) realizar operação de crédito sem prévia autorização legislativa.
  - (B) prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido instituída contragarantia em valor igual ou superior.
  - (C) deixar de ordenar o cancelamento do montante de restos a pagar.
  - (D) realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei.
  - (E) propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
100. A Lei nº 10.028/2000
- (A) introduz novas condutas tipificadoras de crime de responsabilidade previstas na Lei nº 1079/50 e no Decreto-Lei nº 201/67 e de novos crimes previstos no Código Penal.
  - (B) acrescenta dispositivos no Código Penal e no Código de Processo Penal.
  - (C) define crimes contra a ordem financeira, econômica e tributária.
  - (D) passa a tipificar como crime contra as finanças públicas a conduta de contratar operação de crédito.
  - (E) define apenas infrações administrativas a serem processadas e julgadas pelo Tribunal de Contas.